



Sociedade Pluralista

Vivemos em um mundo em acelerada transformação. Há situações novas a cada momento e nem sempre temos uma definição clara na Igreja sobre esses assuntos novos e polêmicos, tornando-se necessária uma interpretação pastoral que possa esclarecer os fiéis sobre as questões que dizem respeito à Ética Cristã.

Consideramos ser dever pastoral advertir os membros da igreja contra determinadas práticas e comportamentos que podem facilmente tornar-se ocasião de pecado e escândalo ao Evangelho. Algumas práticas aceitáveis pelo mundo são totalmente repugnadas pela Bíblia, pela ética eclesial e pelo bom senso, e se fazem acompanhar dos maiores perigos para a moral cristã.

O pós-modernismo, além de ser exageradamente humanista, está imerso em uma filosofia pluralista e relativista, isto é, o que é errado para alguém pode não o ser para outro. A cada dia o mundo quebra paradigmas, rompe conceitos e valores milenares e institucionaliza o pecado.

Se o cristão é um cidadão deste planeta, como conviver com a degradação progressiva de nossa sociedade? Deus não nos chamou ao isolacionismo eclesial, mas à santificação,



por isso, devemos tomar parte das decisões sociais de nossa geração, como sal da terra e luz do mundo (Mt. 5.13-16).

O que não podemos ter é a mentalidade deste século (Rm 12:2) e nem viver como vive o mundo, pois sabemos que o final desse caminho é a morte eterna (Pv. 14.12). Nossa regra de fé e conduta de vida é a Bíblia Sagrada (2 Tm 3:16-17).

Deus não muda (Ml. 3.6; Hb. 13.8), por isso, seus valores jamais mudarão. Os princípios divinos são universais e Sua ética não está restrita a uma determinada região, país, cultura ou época (Mt. 28.18-20). Diante disso, é importante que o cristão seja um estudioso da Bíblia, capaz de entender “a vontade do Senhor” e colocá-la em prática.

Uma Ética Fundamentada na Bíblia

A Igreja cristã deve estabelecer normas de conduta e parâmetros de relacionamentos para seus membros. O julgamento moral do cristão não é possível sem a existência de um padrão ético absoluto, atemporal e imune às concessões governamentais e aos modismos de cada geração.

Para sabermos o que devemos fazer ou o que devemos evitar em nosso cotidiano, como também em que acreditar, consultamos a Bíblia. Desse modo, a ética e a teologia cristã devem estar solidamente baseadas nas Escrituras Sagradas.

Ética é a ciência do comportamento dos homens em sociedade. A ética determina como deve ser a conduta moral do indivíduo, a partir do que ele será avaliado por toda a comunidade.

A abordagem evangélica da ética visa determinar um conceito equilibrado de certo e de errado, a partir da compreensão e da interpretação da mensagem cristã, à luz da Bíblia Sagrada.

Pastorais da CNV – ANO I - 2012

Ética Cristã – Integral

Pelo fato de a Bíblia considerar o homem um ser integral, a ética cristã não pode se deter apenas ao estudo da ação certa e positiva. A ética cristã deve ser total e abrangente em sua observação e em sua abordagem, pois toda ação humana envolve intenção, que é a motivação, volição, que é a decisão de vontade, e ação, que são os meios práticos de conduta.

Jesus Cristo ressaltou a necessidade de se preservar a qualidade moral do coração, declarando que a motivação interna para uma atitude é tão significativa, em termos éticos, quanto o ato em si.

O verdadeiro estado de moralidade de um cristão deve ser avaliado pela atitude interna, visto que externamente qualquer ato pode parecer moralmente bom. Por essa razão, não erramos em asseverar que os ensinamentos de Jesus para que preservássemos os padrões éticos da Palavra de Deus permanecem atemporais, sendo aplicáveis com propriedade



espiritual, social e psicológica inegável para os nossos dias, que são demarcados por conceitos errôneos sobre ética e moralidade.

Desafio da Igreja

A igreja tem diante de si um gigantesco desafio. Estudar a Bíblia não é prioridade para a sociedade e a moral cristã, em especial a evangélica, é considerada anacrônica por proclamar temas que ressaltam valores como pureza sexual para a juventude, o casamento monogâmico, a fidelidade conjugal, a virgindade, a indissolubilidade do casamento e heterogeneidade sexual, a honestidade, a verdade e a responsabilidade social, dentre outros.

Nesta primeira edição abordaremos o tema “o cristão e a política”, desenvolvido pelo o Colegiado de Pastores da CNV.

Estes temas são considerados tabus pela nossa sociedade devido à depravação moral ocasionada pelo pecado, embora as justificativas para a imoralidade reinante sejam os avanços sociológicos e o progresso intelectual.

Somos desafiados por Deus para confrontarmos o estado de calamidade ética de nossa sociedade, mas para isso devemos desenvolver uma consciência ética genuinamente cristã, assumindo, a partir daí, uma conduta moral que agrade e glorifique ao Senhor nosso Deus (Sl 15; Mt 5:22; Ef 4.17-32).

No intuito de fornecer uma sólida orientação ética a todos os cristãos, assim como apresentar à sociedade a cosmovisão ética e moral da Bíblia diante de assuntos polêmicos, a Comunidade de Nova Vida decidiu tornar do conhecimento público as suas Pastorais, através de um informativo impresso, denominado de **Pastorais – Pastoreando com Espiritualidade; Vivendo com Excelência**.

Nesta primeira edição abordaremos o tema “o cristão e a política”, desenvolvido pelo o Colegiado de Pastores da CNV.

A todos uma boa leitura e uma profunda reflexão.

Colegiado de Pastores

Comunidade de Nova Vida





Política

Política é a arte ou ciência do governo. É uma forma de organizar e regular a sociedade, em seus diversos âmbitos, mantendo a ordem pública, defesa do território nacional e o bem social da população.

A política é um instrumento de governo temporário entre os homens. A pluralidade de partidos pressupõe que existe livre-arbítrio, a ser exercido pelo povo que deve conscientemente escolher seus mandatários.

É importante sabermos que todas as autoridades estão debaixo do governo de Deus. Por este motivo, aumenta a nossa responsabilidade no processo de escolha de nossos governantes. Nossa omissão pode ceder lugar à má política, trazendo consequências desastrosas.

Assim como a solução para a má espiritualidade é a boa espiritualidade, a solução para a má política é a boa política. Problemas políticos devem ser resolvidos de forma política. Não precisamos fugir para outro campo, porque o Deus bíblico está em todas as áreas da vida humana.

Todavia, cometemos um erro grave quando imaginamos que seja possível um governo temporário de absoluta justiça social, tranqüilidade e desenvolvimento econômico, atrelados à satisfação coletiva dos cidadãos. As promessas de Deus sobre esse assunto não se concretizam na política dos homens, mas no Reino Milenar de Cristo, por ocasião de sua segunda vinda e estabelecimento de novos céus e de nova terra. (Ap. 21:1-7).

A Religião e o Estado

Nossa opinião é que o Estado deve ser laico, “não-confessional”. Estados fundamentalistas religiosos discriminam os que não são adeptos dos credos dominantes. O Estado deve ser laico e plural para que possa agir de maneira independente na defesa do bem comum.

Somos a favor de um Estado laico, livre e independente, mas que não seja anti-religioso ou anti-clerical, sendo-lhe vedada apenas a associação a um específico grupo religioso ou a um certo e determinado credo.



A nossa visão cristã do Estado é que o Estado não deve ser “cristão”, no sentido de defender e promover uma determinada igreja ou religião. Entretanto, religião e política podem ter uma causa comum, em benefício da sociedade, tornando-se necessária uma mútua cooperação. Religião e Estado estão separados, mas são aliados no bem comum.

Uma coisa é estabelecer campos distintos entre Religião e Estado e assim deve se organizar a vida pública. Respeitando os princípios da secularização, religião e política se integram. Se está claro o que os separa, também claro deve estar o que os une, já que ambos se pautam pelo compromisso com a vida e a construção da dignidade humana.

Uma pessoa pode ser inspirada por sua fé religiosa a ingressar na política e defender certas propostas em benefício da sociedade. Política confessional, sim; Estado confessional, não.

Religião, Política e Governo Civil

Política tem a ver com governo civil. Políticos fazem leis e toda lei decretada e toda decisão feita é baseada em algum sistema moral. Toda moralidade é baseada em uma religião. Tomemos por exemplo:

A Bíblia diz: “Não furtarás”. Esta é a base das leis contra roubo. A Bíblia diz: “Não dirás falso testemunho contra o teu próximo”. Esta é a base das leis contra difamação e calúnia.

Desta forma, podemos afirmar: “ O que cremos religiosamente afetará nossas crenças e práticas políticas”.



A Igreja e a Política

A posição da igreja, como instituição, deve ser de total independência em relação à política.

A Igreja, como instituição, não deve se envolver na política, pois, quando o faz, ela e os seus líderes se tornam vulneráveis a todas as contingências do mundo político. Assim, sua fala sobre a Bíblia, a fé e a salvação se contagia dessa mesma contingência. Se eu não posso acreditar naquilo que determinada igreja fala quando se trata de política, por que vou acreditar quando fala de outros assuntos? Logo, quem sai perdendo com esse modelo é a própria Igreja.



O Cristão e a Política

O cristão, enquanto vive como “forasteiro” nesta terra, precisa enquadrar-se nas leis que regem a nação e cumpri-las, como um bom patriota (2 Sm 10.12; Sl 137.1; Is 66.10). Isto é bom diante dos homens e agradável a Deus. Os Deveres Civis se aplicam a todos os cidadãos, independente de religião.

Encontra-se na Bíblia mandamentos determinando aos servos de Deus a necessidade de serem bons cidadãos, cumpridores das normas instituídas pelos governos.

O homem, cristão ou não, é um ser social e como tal está envolvido na responsabilidade do bem social comum a todos os seres humanos. O cristão é livre para seguir ou não carreira política. Se o cristão advoga um não-envolvimento, que ele possa avaliar até que ponto tal ato será uma omissão que acaba contribuindo para consolidar o poder da má política. Por outro lado, se o cristão defende e participa politicamente, seu maior desafio será o de permanecer fiel ao chamado profético de influenciar, em vez de ser influenciado. De ser luz, em lugar de trevas. De fornecer sabedoria do alto, em vez de ser pisados pelos homens.

Lamentavelmente, há no meio cristão, muitos que ingressam na vida pública por motivações erradas. Mais poder, mais riqueza, mais fama tem substituído a prioridade de união, espiritualidade e demais valores cristãos. Como consequência, o envolvimento na política pode correr o risco de ser, não uma empreitada de "iluminar" ou "salinizar" o mundo, mas uma verdadeira contaminação do povo de Deus.

O crente, como cidadão comum pode e, em certos casos específicos, até deve encarar a carreira política como algo natural, como se fosse uma outra carreira qualquer, dentro da nossa sociedade. Os cargos eletivos e de confiança nos diversos escalões do governo estão tanto para o não cristão como para o cristão. A questão será sempre de vocação, competência e de honestidade.

O crente reconhece que a sua missão abrange, além da igreja, os níveis institucionais, sociais e políticos, isto é, reconhece que o Evangelho pode alterar as relações sociais de forma que essas contribuam para o bem da sociedade e do indivíduo.

A Bíblia, pelo que entendemos, em nenhum momento menciona a desaprovação de Deus quanto a fazer acepção de pessoas, para o exercício do poder temporário.

Na história do povo hebreu vimos que José foi nomeado Governador do Egito, tornando-se uma benção para aquele país e mais tarde para o povo hebreu. (Gn. 41:38-40).

No cativeiro babilônico Daniel foi ricamente abençoado por Deus no meio de um povo estranho tornando-se príncipe no meio deste povo.(Dn. 6:2). Foi condenado a cova dos leões, mas não se prostrou, nem prestou adoração ao rei Dario, antes manteve-se fiel a Deus.

A nossa proposta para os membros associados vocacionados à carreira política é a de um modelo individual. Não um modelo institucional ou corporativo, mas um modelo onde cada



cidadão possa exercer livremente seus direitos de cidadania, encarando a vocação política como qualquer outra.

O modelo individual acredita que os evangélicos podem se envolver politicamente não em nome de suas igrejas ou instituições, mas em grupos de pessoas que pensam politicamente de uma mesma forma, inspiradas pela sua compreensão da fé cristã. Trata-se de um projeto que inclui a abertura para o diálogo, reflexões e censuras.

O modelo individual entende que o cristão que glorifica a Deus com sua fé e conduta santa, se for vocacionado para a vida pública, poderá ser também uma benção para a sociedade e para as nações.



A Comunidade de Nova Vida recomenda aos que postulam cargos políticos, a observação de três qualidades indispensáveis:

- 1) **Integridade** - Antes de tudo a decência e a honestidade que constituem o exato contrário da corrupção ativa ou passiva;
- 2) **Competência**, conhecimento profundo das formas, métodos e práticas políticas, demonstrando capacidade de realizar de forma correta um projeto político para o bem comum;
- 3) **Vocação e dever cristão** de estar profundamente comprometido com a cidadania, o bem do povo, principalmente os necessitados, injustiçados e marginalizados.

O Pastor e a Política

Quando alguém é chamado e vocacionado por Deus para exercer o ministério pastoral recebe uma grande responsabilidade. Seu trabalho é árduo, diário, constante e muitas vezes solitário. Além de pregar, ensinar, treinar, discipular, visitar, administrar, liderar, aconselhar e estar presente em atividades e circunstâncias diversas, terá que se preparar sempre em oração, consagração, meditação e estudo da Palavra de Deus.

Os pastores devem estar absorvidos principalmente com a oração e a Palavra de Deus para que possam cuidar do bem estar dos fiéis nos seus múltiplos aspectos, instruindo os



“Aquele porém que o SENHOR escolheu, chamou e vocacionou para o Ministério Pastoral em Sua Igreja, não deve se envolver em serviços do reino temporário”.

membros da igreja com a revelação bíblica, pregando e preservando a saúde espiritual dos crentes em Jesus Cristo, aperfeiçoando os santos, cultivando e aplicando os valores do reino de Deus na vida familiar. Sendo assim:

“Aquele porém que o SENHOR escolheu, chamou e vocacionou para o Ministério Pastoral em Sua Igreja, não deve se envolver em serviços do reino temporário”.

Nenhum soldado em serviço se embaraça com negócios desta vida, a fim de agradar àquele que o alistou para a guerra. 2 Tm 2:4

Parecer Conclusivo da CNV

I - A Comunidade de Nova Vida reconhece, respeita e honra o poder temporário como constituído por Deus e concede a todos que fazem parte de seu rol de membros o livre direito de expressar e exercer, como cidadãos, qualquer atividade de vínculo com o poder temporário, desde que tais manifestações e expressões pessoais sejam realizadas nos lugares apropriados para tais fins, limitando-se as dependências da igreja e seus anexos ao uso exclusivo das atividades eclesíásticas.

II - A Comunidade de Nova Vida, como instituição, reserva-se a não ter nenhum vínculo, direto ou indireto, com a política.

III - A Comunidade de Nova Vida suspenderá temporariamente o exercício ministerial de seus oficiais (diáconos e levitas), enquanto estes, por razões particulares ou de vocação natural, optarem por seguir a carreira política. Desta forma, o oficial ao pleitear candidatar-se a cargo político deverá ficar em disponibilidade ministerial até o término de seu mandato público.

IV – É vetado aos Pastores e Missionários da Comunidade de Nova Vida o envolvimento direto na política, incluindo alianças, campanhas, candidaturas e o exercício de cargos políticos de qualquer natureza.

V - Excepcionalmente, o Pastor poderá desempenhar orientação pastoral, com partidos políticos, governantes e outros, em conformidade com os princípios do Evangelho e dos documentos oficiais da Comunidade de Nova Vida, na qualidade de profeta e de conselheiro, zelando sempre pela justiça, ética e moral cristã.

